

COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS nº 047/2020

OBJETO: Aquisição de itens de vestuário: calças, camisas, coletes, botas de borracha, botas de borracha com perneira e bonés, para melhor equipar os servidores da Secretaria Municipal de meio Ambiente – SEMAM.

PROCESSO Nº: 4.978/2020

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio do e-mail pregao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exige a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de 2020

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2020

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 4.978/2020

O Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decretos Federais n.ºs. 3.555/2000 e 5.450/2005, Lei Municipal n.º 3.259/2009 e Decreto Municipal n.º 19.749/2009** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor preço.
Regime de Execução: Indireta.
Critério de Julgamento: Menor preço **por item.**

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Deverão ser observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das Propostas	12:00 horas do dia: 03/09/2020
Limite para acolhimento das Propostas até	12:00 horas do dia 17/09/2020
Abertura das Propostas	12:00 horas do dia 17/09/2020
Início da Sessão de Disputa de Preços	13:30 horas do dia 17/09/2020

Endereço Eletrônico de Disputa: <https://bllcompras.com/Home/Login>

Endereço Eletrônico de Cadastro no Sistema BLL: <http://bll.org.br/cadastro/>

DO ÓRGÃO INTERESSADO:

Prefeitura Municipal de Aracruz, CNPJ - 27.142.702/0001-66.
Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - CEP 29192-733.
Fone (27) 3270-7000.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.
Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - CEP 29192-733.
Horário de Funcionamento : 12h00 min às 18h00min.
Fone: (27) 3270-7067

Endereço Eletrônico: www.aracruz.es.gov.br

01. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto a **Aquisição de itens de vestuário: calças, camisas,**

coletes, botas de borracha, botas de borracha com perneira e bonés, para melhor equipar os servidores da Secretaria Municipal de meio Ambiente – SEMAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. O objeto licitado deverá possuir todas as características mínimas descritas nas especificações.

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no "<https://bllcompras.com/Home/Login>" e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.2. As justificativas atinentes a essa contratação encontram-se previstas no anexo II – Termo de Referência deste Edital.

02. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os preços unitários e totais máximos que a Administração se propõe a pagar estão definidos no Anexo II - Termo de Referência deste edital.

2.2. Na licitação a ser realizada para Registro de Preços, não haverá prévia reserva orçamentária, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição, uma vez que as referidas aquisições não são classificadas como compulsórias, em virtude das características e usos dos insumos a serem adquiridos.

2.2.1. As despesas decorrentes das futuras e eventuais aquisições do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento das Secretarias Municipais participantes ou Secretarias não participantes, pelo prazo de 12 meses, validade da Ata de Registro de Preços, e será a cargo do órgão gerenciador – SEMAM (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), cujo programa de trabalho e elemento de despesa específica constarão da respectiva Nota de Empenho.

03. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema "BLL", provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço eletrônico <https://bllcompras.com/cadastro/>, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PMA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Estarão impedidas de participarem, de qualquer fase deste Pregão, empresas que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

- a) Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação.
- b) Tenham servidor público do Município de Aracruz como proprietário, acionista, gerente, administrador, controlador, responsável ou subcontratado.
- c) Estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- d) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo.
- e) Que estejam sob processo de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência, salvo aquelas empresas que demonstrarem que a recuperação judicial ou extrajudicial já foi concedida ou homologada, respectivamente, na forma prevista na Lei 11.101/2005, desde que tenham capacidade econômica financeira.
- f) Nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

04. DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até data e horário marcados para abertura da proposta, de acordo, no que couber, com o Anexo I, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, com 02 (duas) casa decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto. (DISPUTA POR VALOR UNITÁRIO DO ITEM).

4.1.2. Quando tratar-se de aquisição de bens, o licitante **deverá** informar na proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, a Marca, exceto quando o licitante for o próprio fabricante ou detentor da marca, caso em que, para evitar a identificação prévia do proponente e conseqüente desclassificação da proposta, deverá ser utilizada a expressão “Marca Própria”, e Modelo do Objeto ofertado, conforme o caso, **sob pena de desclassificação da proposta**.

4.1.3. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que atende aos requisitos do art. 3º da LC 123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

4.1.5. A proposta, ajustada ao lance vencedor, a ser encaminhada após solicitação do Pregoeiro, deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

4.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.2.1. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.2.2. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Serão aceitas propostas com validade superior.

4.2.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

05. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site <https://bilcompras.com/Home/Login>.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

06. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Encerrada a etapa de lances, só serão aceitas propostas com valor igual ou inferior ao máximo estimado para os itens constantes no anexo II deste edital.

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes terão informações, em tempo real, sobre os menores valores dos lances de todos os licitantes. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Pregoeiro.

7.5. O Pregoeiro encerrará o “tempo normal” de disputa, mediante encaminhamento de aviso de fechamento do tempo, emitido pelo sistema eletrônico. A partir desse momento transcorrerá o período de tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a etapa de lances.

7.6. Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado o item, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro através do Sistema Provedor, acessando sequencialmente os “links” “Relatório de Disputa”, para cada item disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Esta opção ficará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar o licitante vencedor do item. Todas as mensagens enviadas constarão no Histórico do Relatório de Disputa.

7.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

7.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://lanceeletronico.cloudapp.net/>.

7.9. Encerrada a etapa de lances de todos os itens da sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante arrematante do item deverá, sob pena de desclassificação, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados a partir das 18:00 horas do dia encerramento do último item da licitação, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação (conforme Item 11), para a Secretaria Municipal de Suprimentos, no endereço Avenida Morobá, nº 20 – Bairro Morobá – Aracruz – ES – CEP: 29192-733.

7.9.1. Caso o licitante opte por encaminhar a documentação informada no item anterior por via postal, o código de rastreamento do objeto deverá ser encaminhado no mesmo prazo (24 horas).

7.10. A documentação enviada para a Secretaria Municipal de Suprimentos, no endereço Avenida Morobá, nº 20 – Bairro Morobá – Aracruz – ES – CEP: 29192-733, deverá ser apresentada em envelope contendo em sua parte externa e frontal, **além da razão social da licitante,** os seguintes dizeres:

**PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2020
PROCESSO N.º 1.769/2020**

7.11. Todas as folhas da documentação de Habilitação e Proposta deverão ser entregues na ordem sequencial solicitada, numeradas e vistas pelos proponentes. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do processo licitatório. Esclarecemos que o não atendimento ao solicitado implicará na perda do direito a futuras reclamações quanto a um eventual extravio de documentos durante a tramitação do processo.

7.12. O proponente deverá indicar na proposta as especificações **completas** e demais exigências para cada item constante no anexo I.

7.13. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

08. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá na sala de disputa, após convocação do pregoeiro e no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser contratada.

8.3. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista

no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

Obs.: apenas terão direito aos benefícios acima as empresas que tiverem se manifestado conforme item 4.1.3.

09. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Antes de anunciar o vencedor o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, “contraproposta” diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A contraproposta objetivando reduções de preços será feita pelo Pregoeiro, através de acesso ao “link” “consultar item” e “contraproposta”, separadamente para cada item, enquanto o mesmo estiver na condição “arrematado”, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. A proposta de preço deverá conter:

10.1.1. Valores unitário e total do item, marca, quantidade de unidades, observado o quantitativo mínimo fixado no Anexo II “Termo de Referência” para cada Item.

10.1.2. Preferencialmente: Razão Social, endereço, CNPJ, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante.

10.1.3. Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para contato.

10.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 11, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de pessoas pertencentes ou não ao quadro de pessoal da PMA para orientar sua decisão.

10.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.7. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo I contendo a proposta detalhada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela PMA ou haja necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus Anexos.

10.8. Não será aceita proposta que, após a fase de lance/negociação, estiver com preço superior ao máximo fixado no Anexo II – "Termo de Referência".

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para comprovar a habilitação, o licitante vencedor **deverá, sob pena de desclassificação, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados à partir das 18:00 horas do dia do encerramento do último item da licitação, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação, para o endereço constante do item 7.9, devendo os mesmos serem originais, via internet ou cópias autenticadas em cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte integrante do processo licitatório nos termos do Art. 32 da Lei 8666/93.**

11.1.1. Caso o licitante opte por encaminhar a documentação informada no item anterior por via postal, o código de rastreamento do objeto deverá ser encaminhado no mesmo prazo (24 horas).

11.1.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos "protocolos de entrega", ou solicitação" de documento" em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, com o "Objeto Social" enquadrado com objeto do (s) item (s) em que a empresa estará disputando. A empresa que apresentar Registro Comercial com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, com o "Objeto Social" enquadrado no objeto do(s) item(ns) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cívis, acompanhada do instrumento de eleição da Diretoria;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica.

11.3.1.1. Caso a certidão de recuperação seja positiva, a licitante deverá comprovar que o plano, seja especial ou não, de recuperação judicial ou extrajudicial foi acolhido ou homologado, respectivamente, nos termos previstos na Lei 11.101, de 2005 - arts. 58, 72 e 165.

11.3.3.2. No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – **CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão negativa de **Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**.
- d) Certidão negativa de débitos com a **Fazenda Estadual** em que for sediada a empresa;
- e) Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa. **No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários. A proponente com filial no Município de Aracruz, fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item;**
- f) Certidão de regularidade - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;
- g) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho**, de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.5.1. Não será necessária apresentação deste documento para essa licitação.

11.6. OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **com identificação do firmatário**, conforme modelo **Anexo III**;
- b) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **com identificação do firmatário**, modelo **Anexo IV**;
- c) Os licitantes que **invocarem** a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme item 4.1.3, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, **deverão encaminhar** juntamente com os documentos de proposta comercial e habilitação, para comprovação de tal condição, a **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial**.

c.1) Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

Observações:

- a) A documentação exigida para atender ao disposto nos subitens 11.3 e 11.4 do item 11 **poderá** ser substituída pela **Declaração expedida pelo SICAF**, demonstrando a situação regular do licitante, **devendo a empresa vencedora encaminhar esta Declaração**.

- b) As declarações constantes do item 11.6, alíneas "a" e "b" deverão ser impressas em papel timbrado e/ ou com carimbo da empresa licitante;
- c) Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- d) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- e) Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- f) Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal conforme item 4.1.3) regularize sua documentação fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado após o término do prazo estipulado no item 7.9, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006;
- g) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido na alínea "f" - Observações - decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do §2º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c com o § 2º. do art. 64 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.
- h) Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
- i) Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.
- j) As documentações solicitadas no item 11 que não possuírem data de validade, deverão ter sua data de expedição de no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame. (EXCETO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA).**

12. DAS AMOSTRAS:

12.1. Após encerramento da fase de Lances do objeto licitado, o arrematante de cada item deverá enviar 01 (uma) amostra dos produtos descritos no Anexo I deste Edital, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com sede na Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz – CEP 29192-733, atendendo rigorosamente as especificações contidas na proposta escrita e no Anexo I, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades previstas no Edital, bem como arcar com todos os custos de envio e devolução do objeto adjudicado;

12.1.1. Encerrada a fase de lances, a arrematante do item deverá apresentar/encaminhar a amostra dos produtos de acordo com as especificações mínimas exigidas neste Edital, sem ônus para a Administração, para efeito de análise, no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da arrematação. O prazo é contado para entrega pessoal ou postagem da amostra, neste último caso deverá ser enviado pelo e-mail pregao@aracruz.es.gov.br, o Código de Rastreamento do objeto;

12.1.2. Caso a amostra da arrematante do item não seja aprovada ou a mesma seja inabilitada, o Pregoeiro poderá convocar a empresa classificada subsequente, para apresentação das amostras, observando-se o mesmo prazo e condições estabelecidas no item 12.1.1;

12.2. As amostras deverão ser entregues no endereço definido no Item 12.1, identificadas com: AMOSTRA; NÚMERO, DATA E OBJETO DA LICITAÇÃO; NOME, TELEFONE E FAX DO FORNECEDOR E DE SEU REPRESENTANTE, se for o caso;

12.3. A análise das amostras deverá ser realizada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em até 03 (três) dias úteis após o recebimento das mesmas.

12.4. No caso de não haver entrega das amostras, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra, para homologação, fora das especificações previstas neste Edital, a empresa vencedora será desclassificada, podendo também ser aplicadas as penalidades previstas neste edital;

12.5. A partir da data em que for homologado/adjudicado o processo licitatório, as amostras retidas estarão à disposição das licitantes que deverão recebê-las no local da entrega definido no item 12.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias. Decorrido este prazo a Prefeitura não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer.

12.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

13. DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor, o licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do sistema eletrônico, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a declaração do vencedor, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XVIII).**

13.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XX).**

13.4. Os recursos e contrarrazões de recurso, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710, Centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às 18:00 horas, ou encaminhados para o e-mail pregao@aracruz.es.gov.br.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. ADJUDICAÇÃO

14.1.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

14.1.2. O objeto deste Pregão será adjudicado por item.

14.2. HOMOLOGAÇÃO

14.2.1. Decorridas as fases anteriores e constatada a regularidade dos atos praticados, a decisão será submetida ao Ordenador de Despesas da Secretaria requisitante para homologação e consequente convocação dos beneficiários para assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.2.2. O licitante que convocado para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

14.2.3. Colhidas às assinaturas, o Contratante providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

15. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

15.1. DA ATA

15.1.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo o prazo de validade encontra-se nela fixado, o que deverá fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

15.1.2. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Aracruz.

15.1.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, negar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços, estará sujeito às penalidades do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

15.1.4. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação a respectiva Ata, vedada sua prorrogação.

15.1.5. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

15.2. DO CONTRATO

15.2.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, será firmado o Termo de Contrato.

15.2.2. O fornecedor registrado terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados a partir da data de sua convocação para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.2.4. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o fornecedor à aplicação da penalidade de suspensão temporária até 01 (um) ano.

15.2.5. Se o fornecedor registrado, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, justificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro fornecedor, desde que respeitada a ordem de classificação.

15.2.6. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/ENTREGA E DA GARANTIA

16.1. O fornecimento dos produtos deverá ser realizado de forma parcelada, devendo a contratada entregá-los no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.

16.1.1. O fornecimento dos produtos será realizado de acordo com a demanda da Secretaria de Meio Ambiente, com vista ao atendimento do calendário/programação dos eventos, conforme solicitações, respeitadas as quantidades definidas neste Edital e seus anexos.

16.1.2. O prazo de entrega das camisas para as ações de educação ambiental, considerando que os eventos têm data específica para serem realizadas, não poderá ser prorrogado, salvo alteração no calendário dos eventos, a critério da Secretaria.

16.1.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

16.1.4. Se forem constatadas desconformidades, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, adequar ou substituir o produto em desacordo.

16.1.5. Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas, decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser formalizados, por escrito à contratante dentro do prazo de entrega previsto, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

16.2. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central, sito na Rua Catarina Sagrillo Cuzzuol, s/n, Bairro Bela Vista, neste Município, de segunda feira à sexta feira, das 12:00h às 18:00h, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento.

16.2.1. O recebimento dos produtos será de maneira provisória, pelo período de 05 (cinco) dias úteis, para que o setor competente possa executar a conferência do objeto entregue, antes de liberar/atestar a NF.

16.2.2. Será de responsabilidade da empresa observar os feriados e pontos facultativos neste Município quando do dia programado para entrega dos produtos;

16.2.3. A entrega dos produtos será fiscalizada por servidor indicado pelo SEMAM, o qual deverá atestar a Nota Fiscal se comprovada à fiel e correta entrega;

16.2.4. Os custos referentes ao envio dos produtos devem estar incluídos nos valores ofertados, e serão de inteira responsabilidade da contratada;

16.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade e garantia dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

16.4. A Ordem de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.

16.4.1. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

16.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto da licitação.

16.6. As garantias quanto aos produtos, na entrega ou após ela, serão as que estabelecem o fabricante e/ou o Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078 de 11/09/90, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável e demais condições especificadas neste Edital e seus anexos.

16.6.1. Todos os produtos fornecidos deverão estar em plenas condições de uso, atendendo as especificações desse Edital e do Termo de Referência, e devendo a CONTRATADA realizar eventuais substituições necessárias.

16.6.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas à especificidade de cada item a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências ou outro local designado pela CONTRATADA.

16.7. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, seu detentor fica obrigado a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU em cada “Ordem de Fornecimento”.

16.7.1. O quantitativo total expresso no Formulário “Especificações e Cotação de Preços” é estimativo e representa a previsão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a solicitação dos produtos durante o prazo de 12 (doze) meses.

16.7.2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Aracruz a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

17. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento do preço pactuado será parcelado, de acordo com as entregas efetuadas no mês, devendo a contratada proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo localizado no protocolo Geral dessa Prefeitura, situado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz - ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93.

17.1.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a abertura do processo de solicitação de pagamento, conforme item anterior.

17.1.2. Serão considerados para efeito de pagamento os produtos efetivamente entregues pela Contratada e aprovados pelo responsável do contrato.

17.2. O preço registrado poderá ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão participante promover as negociações junto aos fornecedores.

17.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado o órgão participante deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.4. Quando o preço do mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado não puder cumprir o compromisso, o órgão participante poderá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido e fornecimento, e

II – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão participante deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1 - DA CONTRATADA:

18.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constante no Edital e seus anexos;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Retirar, transportar, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo fixado no Edital e no Termo de Referência, contados a partir da notificação efetuada pela Contratante;

d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega/prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

g) Correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços/entrega dos produtos.

h) Entregar os produtos dentro das especificações estabelecidas no Edital e Termo de Referência;

i) Os produtos deverão ser entregues em embalagens individuais apropriadas;

18.2 - DA CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- g) Efetuar o registro do fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- h) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;
- i) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- j) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços/entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.1.2. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e anos, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do fornecimento constante da Ordem de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-

se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

20.1.1. advertência - nos casos de:

- a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

20.1.2. multas - nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

20.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

20.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

20.2. As multas previstas no subitem 20.1.2 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.1.1, 20.1.3 e 20.1.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 20.1.2, facultada a defesa prévia do licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20.4. A suspensão do direito de licitar e contratar com a **Administração** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

20.5. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **Administração Pública** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

20.6. A sanção prevista no subitem 20.1.4 é da competência do Ordenador de Despesas responsável pela homologação da licitação, facultada a defesa do licitante no respectivo

processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

21. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

21.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da proposta, qualquer pessoa, poderá impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição a ser protocolada no Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710 Centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às 18:00 horas, ou encaminhados para o e-mail pregao@aracruz.es.gov.br.

21.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

21.3. A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.

21.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da proposta, exclusivamente para o endereço pregao@pma.es.gov.br.

21.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio <https://bilcompras.com/Home/Login>, no link correspondente a este Edital.

21.7. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Pregoeiro responsável pela realização desta licitação será designado por intermédio de portaria.

22.2. Ao Ordenador de Despesas/autoridade competente, compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, mediante ato escrito e fundamentado.

22.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

22.4. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22.5. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

22.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação

do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do contrato/Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.7. Em caso de dúvida, o interessado deverá contatar o **Pregoeiro** do Município de Aracruz **ou seu substituto**, no Setor de Pregão, Secretaria de Suprimentos, à Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz, no horário das 12h00min as 18h00min, ou pelo telefone (27) 3270-7081 ou pelo endereço pregao@pma.es.gov.br, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

22.8. É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.12. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

22.13. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

22.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Aracruz.

22.15. O resultado do presente certame, assim como os preços registrados, serão publicados no Diário Oficial do Estado ou em jornal de grande circulação **(nos termos do § 2º do art. 15 da Lei nº 8.666/93)**.

22.16. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

22.17. Os participantes do Certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Pregoeiro via chat no sistema eletrônico (<https://bilcompras.com/Home/Login>) ou através de e-mail até o encerramento final da Licitação com a adjudicação do Objeto.

23. DOS ANEXOS

23.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

23.1.1. Anexo I - Formulário "Especificações e Cotação de Preços";

23.1.2. Anexo II - "Termo de Referência e Planilha Orçamentária";

23.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração (Declaração de Superveniência);

23.1.4. Anexo IV - Modelo de Declaração (Art. 7º da Constituição Federal);

23.1.5. Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

23.1.6. Anexo VI - Minuta de Contrato.

Aracruz, 31 de Agosto de 2020.

EDGAR ALLAN MARTINS

Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANEXO I

FORMULÁRIO “ESPECIFICAÇÃO E COTAÇÃO DE PREÇOS”

REGISTRO DE PREÇOS

Item	Unidade	Especificação/descrição do objeto	Quant.	Marca	Valor unit. R\$	Valor Total. R\$
01	Und.	Calça jeans 100% algodão, dois bolsos frontais, um bolso lateral de perna direita, dois bolsos traseiros, seis passadores de cinto. Tamanhos 36, 40, 42, 44 e 48.	40			
02	Und.	Camisa manga longa casual unissex, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza camuflado. Gola arredondada de malha canelada na cor cinza com 25 mm, punho de 60 mm também de malha canelada. Barra galoneira de 20 mm. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada na altura do peito esquerdo, conforme ilustração anexa. Tamanhos M, G, GG, XG.	48			
03	Und.	Camisa manga curta casual unissex, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza camuflado. Gola arredondada de malha canelada na cor cinza com 25 mm, punho de 25 mm também de malha canelada. Barra galoneira de 20 mm. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada na altura do peito esquerdo, conforme ilustração anexa. Tamanhos M, G, GG, XG.	48			
04	Und.	Camisa manga longa social masculina: Camisa modelo social de manga comprida no tecido tricoline com stretch, na cor verde militar, botões na frente da camisa e nos punhos, botões na cor transparente, gola polo social no mesmo tecido, bolso na parte superior da frente do lado esquerdo. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso, conforme ilustração anexa. Faixa para segurar a manga $\frac{3}{4}$ com botões na altura $\frac{3}{4}$. Bordas inferiores retas, sem arredondar. Tamanhos M, G, GG, XG.	76			
05	Und.	Camisa manga longa social feminina:	104			

		Camisa modelo social de manga comprida no tecido tricoline com <i>stretch</i> , na cor verde militar, botões na frente da camisa e nos punhos, botões na cor transparente, gola polo social no mesmo tecido, punho com 2 botões, bolso na parte superior da frente do lado esquerdo. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso, conforme ilustração anexa. Punho tradicional com martingale (faixa para segurar a manga $\frac{3}{4}$ com botões na altura $\frac{3}{4}$). Bordas inferiores arredondadas. Modelagem acinturada. Tamanhos P, M, G e GG.			
06	Und.	Camisa estilo “baby look”, confeccionada em malha PV, com gola em V, com manga curta, na cor branca, com estampa na frente e viés colorido. Tamanhos M e G.	20		
07	Und.	Camisa confeccionada em malha PV, com gola redonda, com manga curta, na cor branca, com estampa colorida na frente e nas costas e viés colorido. A arte padrão da camisa será definido pela Secretaria de Meio Ambiente. Tamanhos P, M, G e GG.	1300		
08	Und.	Camisa manga longa com proteção solar (contra os raios UVA e UVB), unissex, confeccionada em malha com Proteção UV 50 +, na qual a proteção solar não saia nas lavagens; tenha alta proteção solar para a pele e tenha secagem rápida.	40		
09	Und.	Camisa gola polo masculina, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza claro, arrematada com viés na mesma cor. Punho de 25 mm e barra galoneira de 20 mm. Bolso frontal do lado esquerdo medindo 12 cm de altura x 10 cm de largura, sem fechamento. Canto do bolso cortado em diagonal. Logomarca da prefeitura municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso. Bordas inferiores retas, sem arredondar. Deverá ser aplicada serigrafia nas costas de forma centralizada e na parte superior, medindo 170 mm x 270 mm, na cor verde militar: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	8		



Item	Unidade	Especificação/descrição do objeto	Quant.	Marca	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
		MUNICIPAL. Tamanhos M, G e GG.				
10	Und.	Camisa gola polo feminina, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza claro arrematada com viés na mesma cor. Punho de 25 mm e barra galoneira de 20 mm. Bolso frontal do lado esquerdo medindo 12 cm de altura x 10 cm de largura, sem fechamento. Canto do bolso cortado em diagonal. Logomarca da prefeitura municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso. Bordas inferiores arredondadas. Botões transparentes. Modelagem acinturada. Deverá ser aplicada serigrafia nas costas de forma centralizada e na parte superior, medindo 170 mm x 270 mm, na cor verde militar: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL. Tamanhos M e G.	20			
11	Und.	Calça cargo cor verde militar, modelo masculino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 42 e 46.	8			
12	Und.	Calça cargo cor verde militar, modelo feminino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 40 e 42.	22			
13	Und.	Calça cargo cor caqui, modelo masculino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 40, 42, 44, 46, 48, 50 e 52.	22			
14	Und.	Calça cargo cor caqui, modelo feminino, confeccionada em brim, com	24			



Item	Unidade	Especificação/descrição do objeto	Quant.	Marca	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
		caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 36, 38, 40, 42 e 44.				
15	Und.	<p>Colete de tecido tipo Rip Stop na cor verde militar. Frente aberta e fechamento através de zíper de material inoxidável na mesma cor do tecido. Contendo quatro bolsos na frente com tampos quadrados fechados com velcro, sendo dois bolsos superiores dos lados esquerdo e direito, medindo 13 cm de largura x 12 cm de altura e dois bolsos inferiores medindo 16 cm de largura x 18 cm de altura.</p> <p>Inscrição bordada na cor branca, nas costas de forma centralizada e na parte superior: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL.</p> <p>Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores no bolso da frente do lado esquerdo superior, conforme ilustração anexa.</p> <p>As bordas inferiores devem ser arredondadas. Acabamento em viés na mesma cor e tecido na gola, cava das mangas e bordas inferiores. Tamanhos M, G, GG.</p>	32			
16	Und.	<p>Colete de tecido tipo Rip Stop na cor caqui. Frente aberta e fechamento através de zíper de material inoxidável na mesma cor do tecido. Contendo quatro bolsos na frente com tampos quadrados fechados com velcro, sendo dois bolsos superiores dos lados esquerdo e direito, medindo 13 cm de largura x 12 cm de altura e dois bolsos inferiores medindo 16 cm de largura x 18 cm de altura.</p> <p>Inscrição bordada na cor branca, nas costas de forma centralizada e na parte superior: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.</p> <p>Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores no bolso da frente do lado esquerdo superior, conforme ilustração anexa.</p> <p>As bordas inferiores devem ser arredondadas. Acabamento em viés na mesma cor e tecido na gola, cava das</p>	88			

Item	Unidade	Especificação/descrição do objeto	Quant.	Marca	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
		mangas e bordas inferiores. Tamanhos M, G, GG e XG.				
17	Und.	Boné tipo legionário, tamanho único, cor verde musgo, com recortes anatômicos, confeccionado em tecido de poliamida AMNI UV PROTECTION, com proteção UV 50+ permanente inserida no fio, regulador em velcro e protetor removível para a nuca e o pescoço. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores na frente, acima da aba, conforme ilustração anexa.	80			
18	Und.	Bota tipo galocha, fabricado em pvc, sem forro. Desenho do cabedal tipo (D). Montagem sistema de injeção por extrusão. Solado monodensidade com ressaltos, solado resistente a ação de óleo combustível. Região do salto totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Comprimento do cano: 25 cm de média. Nº 37, Nº 40, Nº 41, Nº 43.	24			
19	Und.	Perneira joelho com bota acoplada. Perneira em nylon com 0,35mm de espessura. Botas acopladas com regulagem através de codão em torno do joelho. Espessura 0,35mm, 100% impermeável. Botas seladas eletronicamente. Nº 37, Nº 40, Nº 41, Nº 43.	24			

VALOR TOTAL DE CADA ITEM POR EXTENSO: R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: R\$

Obs: Quando o licitante for o próprio fabricante ou detentor da marca, não deve indicá-la, caso em que, para evitar a identificação prévia do proponente e consequente desclassificação da proposta, deverá ser utilizada a expressão "Marca Própria", **sob pena de desclassificação da proposta.**

DADOS DO PROPONENTE:

Razão social:

CNPJ nº:

Banco:..... Agência nº:Conta nº:(Informação não desclassificatória).

Endereço completo:

Telefones:

E-mail:(Informação não desclassificatória)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Identidade nº:CPF nº

Telefone.....

Validade da proposta (Não inferior a 60 dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes.

Serão aceitas propostas com prazo de validade superior.):

.....

Prazo de entrega: (conforme Item 16 e subitens do edital)

Em de de 2020.

.....

Assinatura da Proponente

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA RP N° 33 e 34/2020

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de itens de vestuário: calças, camisas, coletes, botas de borracha, botas de borracha com perneira e bonés, para melhor equipar os servidores da Secretaria Municipal de meio Ambiente – SEMAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sendo realizado na modalidade de Pregão, Sistema de Registro de Preço, do tipo menor preço por item.

1.2 As especificações e os quantitativos dos objetos a serem adquiridos, são os constantes do ANEXO I desse Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição dos itens de vestuário e uniformes se faz necessária para melhor equipar os servidores da SEMAM no desenvolvimento de suas atribuições, considerando a diversidade de atividades, locais de atuação e os riscos existentes em cada ambiente.

2.2 As calças, camisas e coletes em material resistente são de extrema necessidade quando da realização de vistorias e de ações de fiscalização em áreas com densa vegetação (mangues e matas), locais de difícil acesso e que ofereçam algum risco de contato.

2.3 O uso de uniformes é de extrema importância para a correta identificação dos servidores da SEMAM, que em muitas ocasiões precisam entrar em estabelecimentos comerciais, empreendimentos particulares ou públicos potencialmente poluidores e degradadores do meio ambiente, propriedades rurais particulares, muitas vezes situadas em locais ermos.

2.4 O uso de uniformes também é essencial para os trabalhos operacionais, proporcionando mais segurança no exercício das funções de poda e paisagismo.

2.5 As botas de borracha são de extrema necessidade quando da realização de fiscalização em áreas de difícil acesso que exponham o usuário a água, em especial, áreas alagadas e solos encharcados/pantanosas, como por exemplo, nos períodos de ações fiscais nos manguezais, brejos, praias, lagoas e rios, dias chuvosos ou ainda em ações que envolvam substâncias oleosas ou químicas.

2.6 Os bonés também são elementos de extrema importância para os trabalhos operacionais de poda e paisagismo, de fiscalização da orla principalmente na época de verão, entre outras atividades realizadas pela SEMAM, para garantir segurança e proteção solar.

2.7 Já as camisas estilo “baby look” e as camisas na cor branca, com estampa colorida na frente e nas costas serão utilizadas ao longo do ano em vários projetos de educação ambiental da SEMAM, como “ECOARA”, “MANGUE LIMPO” e “TENDA ITINERANTE - TAIA”.

2.8 Diante do apresentado, e considerando que a referida aquisição contribuirá para a melhoria da qualidade do trabalho é que se justifica a aquisição de itens de vestuário.

3. JUSTIFICATIVA DE ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O Decreto Municipal nº 19.749/2009 que regulamenta o sistema de registro de preço no município de Aracruz para a aquisição de bens, dispõe que preferencialmente será adotado o Sistema de Registro de Preço quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições.

3.2 Considerando art. 2º do referido Decreto, pode-se dizer que os objetos previstos para serem adquiridos se enquadram nas seguintes hipóteses previstas, a saber:

3.2.1 Quando pelas características do bem houver necessidade de contratações frequentes, uma vez que os itens de vestuários e uniformes devem ser repostos com frequência, devido à reduzida vida útil desses itens e a chegada de novos funcionários.

3.2.2 Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas e não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado uma vez que, apesar de já haver uma programação prévia dos eventos a serem realizados ao longo do ano de 2020, não é possível definir de antemão o quantitativo a ser demandado, uma vez que o fornecimento dos objetos licitados, está diretamente ligada aos parceiros/expositores e público alvo da ação, os quais são variados em função do evento, e cuja adesão e quantitativo não é possível definir previamente.

3.2.3 Outro ponto a se considerar, é que as quantidades estimadas não implicam obrigatoriedade de contratação durante a vigência do Registro de Preço, já que há uma variação no quantitativo de colaboradores/participantes das ações/eventos em virtude do porte dos eventos e considerando a discricionariedade da SEMAM.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Conforme definição do parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520/2002 considera-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2 Os objetos previstos na aquisição de itens de vestuário: calças, camisas, coletes, botas de borracha, botas de borracha com perneira e bonés, possuem características e especificações usualmente encontradas no mercado, tendo gama de empresas e fornecedores aptos a fornecer os bens/serviços, possibilitando ampla concorrência, com similaridade dos produtos independente de marcas, sendo possível assim, a contratação por meio do procedimento do pregão conforme preconiza a Lei.

5. DA PROPOSTA

5.1 As propostas apresentadas pelos interessados deverão conter, obrigatoriamente, a descrição do material, obedecendo às configurações contidas nos itens da Requisição de Compra, incluindo marca e demais descrições que permitem sua perfeita identificação.

5.2 Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

6. PRAZO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O fornecimento dos produtos deverá ser realizado de forma parcelada, devendo a contratada entregá-los no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.

6.2 O prazo de entrega das camisas para as ações de educação ambiental, considerando que os eventos têm data específica para serem realizadas, não poderá ser prorrogado, salvo alteração no calendário dos eventos, a critério da Secretaria.

6.3 O fornecimento dos produtos será realizado de acordo com a demanda da Secretaria de Meio Ambiente, com vista ao atendimento do calendário/programação dos eventos, conforme solicitações, respeitadas as quantidades definidas neste Termo de Referência.

6.4 Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

6.4.1 Se forem constatadas desconformidades, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, adequar ou substituir o produto em desacordo.

6.5 Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas, decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser formalizados, por escrito à contratante dentro do prazo de entrega previsto, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

7. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

7.1 Os quantitativos e especificações dos objetos a serem adquiridos, são os constantes do ANEXO I desse Termo de Referência.

7.2 Os quantitativos previstos atendem à demanda da Secretaria para o presente exercício financeiro, não sendo necessários novos procedimentos licitatórios, da mesma forma que, não há procedimentos licitatórios em curso, dos objetos especificados nesse Termo.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central – Rua Catarina Sagrillo Cuzzuol, s/n, Bairro Bela Vista, neste Município, de segunda feira à sexta feira, das 12:00h às 18:00h, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento.

8.2 Será de responsabilidade da empresa observar os feriados e pontos facultativos neste Município quando do dia programado para entrega dos produtos;

8.3 A entrega dos produtos será fiscalizada por servidor indicado pelo SEMAM, o qual deverá atestar a Nota Fiscal se comprovada à fiel e correta entrega;

8.4 Os custos referentes ao envio dos produtos devem estar incluídos nos valores ofertados, e serão de inteira responsabilidade da contratada;

8.5 O recebimento dos produtos será de maneira provisória, pelo período de 05 (cinco) dias úteis, para que o setor competente possa executar a conferência do objeto entregue, antes de liberar/atestar a NF.

9. GARANTIA

9.1 As garantias quanto aos produtos, na entrega ou após ela, serão as que estabelecem o fabricante e/ou o Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078 de 11/09/90, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável e demais condições especificadas neste Termo de Referência.

9.2 Todos os produtos fornecidos deverão estar em plenas condições de uso, atendendo as especificações desse Termo de Referência, e devendo a CONTRATADA realizar eventuais substituições necessárias.

9.3 Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas à especificidade de cada item a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências ou outro local designado pela CONTRATADA.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 São obrigações da Contratada

11.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constante no Edital e seus anexos;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Retirar, transportar, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo fixado neste Termo de Referência, contados a partir da notificação efetuada pela Contratante;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega/prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.8 Correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços/entrega dos produtos.

11.1.9 Entregar os produtos dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.10 Os produtos deverão ser entregues em embalagens individuais apropriadas;

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento do preço pactuado será parcelado, de acordo com as entregas efetuadas no mês, devendo a contratada proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo localizado no protocolo Geral dessa Prefeitura, situado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz – ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que

ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93.

12.1.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a abertura do processo de solicitação de pagamento, conforme item anterior.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços/entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e anos, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

14.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação a ser firmado entre o licitante e o Município implica na adoção das medidas e penalidades previstas nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. DAS AMOSTRAS

17.1. Após encerramento da fase de Lances do objeto licitado, **o arrematante de cada item deverá** enviar 01 (uma) amostra dos produtos descritos no Anexo I, para a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com sede na Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz – CEP 29192-733**, atendendo rigorosamente as especificações contidas na proposta escrita e no Anexo I, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades previstas no Edital, bem como arcar com todos os custos de envio e devolução do objeto adjudicado;

17.1.1. Encerrada a fase de lances, **a arrematante do item deverá** apresentar/encaminhar a amostra dos produtos de acordo com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência, sem ônus para a Administração, para efeito de análise, **no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da arrematação.** O prazo é contado para entrega pessoal ou postagem da amostra, neste último caso **deverá** ser enviado pelo e-mail **pregao@aracruz.es.gov.br**, o Código de Rastreamento do objeto;

17.1.2. Caso a amostra da arrematante do item não seja aprovada ou a mesma seja Inabilitada, o Pregoeiro poderá convocar a empresa classificada subsequente, para apresentação das amostras, observando-se o mesmo prazo e condições estabelecidas no item 17.1.1;

17.2. As amostras deverão ser entregues no endereço definido no Item 12.1, identificadas com: AMOSTRA; NÚMERO, DATA E OBJETO DA LICITAÇÃO; NOME, TELEFONE E FAX DO FORNECEDOR E DE SEU REPRESENTANTE, se for o caso;

17.3. A análise das amostras deverá ser realizada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em até 03 (três) dias úteis após o recebimento das mesmas.

17.4. No caso de não haver entrega das amostras, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra, para homologação, fora das especificações previstas neste Edital, a empresa vencedora será desclassificada, podendo também ser aplicadas as penalidades previstas neste edital;

17.5. A partir da data em que for homologado/adjudicado o processo licitatório, as amostras retidas estarão à disposição das licitantes que deverão recebê-las no local da entrega definido no item 17.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias. Decorrido este prazo a Prefeitura não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer.

17.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Naquilo em que for omissivo, a pretensa Ata de Registro de Preços, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993.

18.2 A existência de preços registrados não obriga o Município de Aracruz a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

19. DA PUBLICIDADE

19.1 A administração Municipal deverá publicar a futura Ata de Registro de Preços, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Na licitação a ser realizada para Registro de Preços, não haverá prévia reserva orçamentária, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição e/ou contratação dos serviços, uma vez que as referidas aquisições não são classificadas como compulsórias, em virtude das características e usos dos insumos a serem adquiridos.

Aracruz-ES, 22 de julho de 2020.

APROVAÇÃO do Termo de Referência;

EDGAR ALLAN MARTINS

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 34.954/2018

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Unidade	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Especificação/descrição do objeto	Valor Unitário Máximo pagável R\$	Valor Total Máximo pagável. R\$
01	Und.	20	40	Calça jeans 100% algodão, dois bolsos frontais, um bolso lateral de perna direita, dois bolsos traseiros, seis passadores de cinto. Tamanhos 36, 40, 42, 44 e 48.	59,9667	2.278,67
02	Und.	24	48	Camisa manga longa casual unissex, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza camuflado. Gola arredondada de malha canelada na cor cinza com 25 mm, punho de 60 mm também de malha canelada. Barra galoneira de 20 mm. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada na altura do peito esquerdo, conforme ilustração anexa. Tamanhos M, G, GG, XG.	42,6333	2.046,40
03	Und.	24	48	Camisa manga curta casual unissex, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza camuflado. Gola arredondada de malha canelada na cor cinza com 25 mm, punho de 25 mm também de malha canelada. Barra galoneira de 20 mm. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada na altura do peito esquerdo, conforme ilustração anexa. Tamanhos M, G, GG, XG.	37,0333	1.777,60
04	Und.	38	76	Camisa manga longa social masculina: Camisa modelo social de manga comprida no tecido tricoline com stretch, na cor verde militar, botões na frente da camisa e nos punhos, botões na cor transparente, gola polo social no mesmo tecido, bolso na parte superior da frente do lado esquerdo. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso, conforme ilustração anexa. Faixa para segurar a manga $\frac{3}{4}$ com botões na altura $\frac{3}{4}$. Bordas inferiores retas, sem arredondar. Tamanhos M, G, GG, XG.	80,6133	6.126,61
05	Und.	52	104	Camisa manga longa social feminina: Camisa modelo social de manga comprida no tecido tricoline com stretch, na cor verde militar, botões na frente da camisa e nos punhos, botões na cor transparente,	81,0433	8.428,50

				gola polo social no mesmo tecido, punho com 2 botões, bolso na parte superior da frente do lado esquerdo. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso, conforme ilustração anexa. Punho tradicional com martingale (faixa para segurar a manga $\frac{3}{4}$ com botões na altura $\frac{3}{4}$). Bordas inferiores arredondadas. Modelagem acinturada. Tamanhos P, M, G e GG.		
06	Und.	10	20	Camisa estilo "baby look", confeccionada em malha PV, com gola em V, com manga curta, na cor branca, com estampa na frente e viés colorido. Tamanhos M e G.	21,1000	422,00
07	Und.	650	1300	Camisa confeccionada em malha PV, com gola redonda, com manga curta, na cor branca, com estampa colorida na frente e nas costas e viés colorido. A arte padrão da camisa será definido pela Secretaria de Meio Ambiente. Tamanhos P, M, G e GG.	22,8833	29.748,29
08	Und.	20	40	Camisa manga longa com proteção solar (contra os raios UVA e UVB), unissex, confeccionada em malha com Proteção UV 50 +, na qual a proteção solar não saia nas lavagens; tenha alta proteção solar para a pele e tenha secagem rápida.	47,5000	1.900,00
09	Und.	4	8	Camisa gola polo masculina, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza claro, arrematada com viés na mesma cor. Punho de 25 mm e barra galoneira de 20 mm. Bolso frontal do lado esquerdo medindo 12 cm de altura x 10 cm de largura, sem fechamento. Canto do bolso cortado em diagonal. Logomarca da prefeitura municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso. Bordas inferiores retas, sem arredondar. Deverá ser aplicada serigrafia nas costas de forma centralizada e na parte superior, medindo 170 mm x 270 mm, na cor verde militar: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL. Tamanhos M, G e GG.	54,2000	433,60
10	Und.	10	20	Camisa gola polo feminina, confeccionada em malha PV, composição 67% poliéster e 33% viscose, na cor cinza claro arrematada com viés na mesma cor. Punho de 25 mm e barra galoneira de 20 mm. Bolso frontal do lado esquerdo medindo 12 cm de altura x 10 cm de largura, sem fechamento. Canto do bolso	53,4100	1.068,20

				<p>cortado em diagonal. Logomarca da prefeitura municipal de Aracruz com suas devidas cores bordada no bolso. Bordas inferiores arredondadas. Botões transparentes. Modelagem acinturada. Deverá ser aplicada serigrafia nas costas de forma centralizada e na parte superior, medindo 170 mm x 270 mm, na cor verde militar: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL. Tamanhos M e G.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

Item 02.



Item 03.



* Tecido camuflado cinza

(ilustração meramente exemplificativa)

Itens 04. e 05.



*Modelo de punho martingale

(ilustração meramente exemplificativa)



Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz a ser bordada nos itens **02. a 10. e 15. a 16.**

Item	Unidade	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Especificação/descrição do objeto	Valor unit. R\$	Valor Total Max. R\$
11	Und.	4	8	Calça cargo cor verde militar, modelo masculino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 42 e 46.	109,9667	879,73
12	Und.	11	22	Calça cargo cor verde militar, modelo feminino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 40 e 42.	138,1400	3.039,08
13	Und.	11	22	Calça cargo cor caqui, modelo masculino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 40, 42, 44, 46, 48, 50 e 52.	108,2567	2.381,65
14	Und.	12	24	Calça cargo cor caqui, modelo feminino, confeccionada em brim, com caimento reto estilo slim. Com 6 bolsos, sendo 2 laterais, 2 na parte de trás da calça com fechamento por velcro e 2 na lateral das pernas com fechamento por velcro. Fechamento frontal por botão e zíper não expostos. Tamanhos 36, 38, 40, 42 e 44.	108,2567	2.598,16



(ilustração meramente exemplificativa)

Item	Unidade	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Especificação/descrição do objeto	Valor unit. R\$	Valor Total Max. R\$
15	Und.	16	32	<p>Colete de tecido tipo Rip Stop na cor verde militar. Frente aberta e fechamento através de zíper de material inoxidável na mesma cor do tecido. Contendo quatro bolsos na frente com tampos quadrados fechados com velcro, sendo dois bolsos superiores dos lados esquerdo e direito, medindo 13 cm de largura x 12 cm de altura e dois bolsos inferiores medindo 16 cm de largura x 18 cm de altura.</p> <p>Inscrição bordada na cor branca, nas costas de forma centralizada e na parte superior: FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL.</p> <p>Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores no bolso da frente do lado esquerdo superior, conforme ilustração anexa.</p> <p>As bordas inferiores devem ser arredondadas. Acabamento em viés na mesma cor e tecido na gola, cava das mangas e bordas inferiores. Tamanhos M, G, GG.</p>	163,5133	5.232,43
16	Und.	44	88	<p>Colete de tecido tipo Rip Stop na cor caqui. Frente aberta e fechamento através de zíper de material inoxidável na mesma cor do tecido. Contendo quatro bolsos na frente com tampos quadrados fechados com velcro, sendo dois bolsos superiores dos lados esquerdo e direito, medindo 13 cm de largura x 12 cm de altura e dois bolsos inferiores medindo 16 cm de largura x 18</p>	167,9667	14.781,07

				<p>cm de altura.</p> <p>Inscrição bordada na cor branca, nas costas de forma centralizada e na parte superior: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.</p> <p>Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores no bolso da frente do lado esquerdo superior, conforme ilustração anexa.</p> <p>As bordas inferiores devem ser arredondadas. Acabamento em viés na mesma cor e tecido na gola, cava das mangas e bordas inferiores. Tamanhos M, G, GG e XG.</p>		
--	--	--	--	---	--	--



(ilustração meramente exemplificativa)

Item	Unidade	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Especificação/descrição do objeto	Valor unit. R\$	Valor Total Max. R\$
17	Und.	40	80	<p>Boné tipo legionário, tamanho único, cor verde musgo, com recortes anatômicos, confeccionado em tecido de poliamida AMNI UV PROTECTION, com proteção UV 50+ permanente inserida no fio, regulador em velcro e protetor removível para a nuca e o pescoço. Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz bordada nas devidas cores na frente, acima da aba, conforme ilustração anexa.</p>	14,1850	1.134,80

Prefeitura de
ARACRUZ
Secretaria Municipal
de Meio Ambiente



Logomarca da Prefeitura Municipal de Aracruz a ser bordada no **item17**, com a inscrição na cor branca.

Item	Unidade	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Especificação/descrição do objeto	Valor unit. R\$	Valor Total Max. R\$
18	Und.	12	24	Bota tipo galocha, fabricado em pvc, sem forro. Desenho do cabedal tipo (D). Montagem sistema de injeção por extrusão. Solado monodensidade com ressaltos, solado resistente a ação de óleo combustível. Região do salto totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Comprimento do cano: 25 cm de média. Nº 37, Nº 40, Nº 41, Nº 43.	25,8500	620,40
19	Und.	12	24	Perneira joelho com bota acoplada. Perneira em nylon com 0,35mm de espessura. Botas acopladas com regulagem através de codão em torno do joelho. Espessura 0,35mm, 100% impermeável. Botas seladas eletronicamente. Nº 37, Nº 40, Nº 41, Nº 43.	133,2833	3.198,80

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2020

A empresa _____ (Nome da Empresa) _____ estabelecida na _____ (Endereço Completo) _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 000/2020.

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2020

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.


Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO V

 <p>PM de Aracruz AV Moroba, 20 CEP: 29192733 - Moroba - Aracruz/ES CNPJ: 27.142.702/0001-66 I.E.: Fone/Fax: 27 32961092 / 32961092 E-mail: pma@aracruz.es.gov.br Site: www.aracruz.es.gov.br Departamento de Compras</p>		<p>ATA DE REGISTRO DE</p> <p>PREÇO</p> <p>____/20__</p> <p>Menor Preço</p>					
Unidade Gestora ___ - _____							
PREGÃO ELETRÔNICO 047/2020							
Fornecedor							
Endereço							
Bairro							
Cidade		Estado			CEP		
CGC.(RG)		Telefone			Fax		
Banco		Agência			Conta		
Condição Pagto							
Prazo Entrega							
Prazo Garantia							
Processos							
Processos Agregados							
Unidades Requisitantes							
Item	Material	Un.	Marca	Modelo	Média Consumo	Qtde.	Pr.Unitário
_____				_____			
____ Nome ____				____ Empresa ____			
Secretário(a) de _____				____ CNPJ ____			
____/____/____				____/____/____			
_____ Código _____			_____ Data: ____/____/____			_____ Página:	

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 000/2020.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES E A EMPRESA:

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF e da CI nº., residente na , nos termos da Lei nº....., regulamentada pelo Decreto nº..... e a Empresa , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., estabelecida na , doravante denominada CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. e da CI nº., residente na , considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 047/2020, constante do Processo Administrativo nº 4.978/2020, nos termos das Leis nº.s 10.520/2002 e 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a **Aquisição de itens de vestuário: calças, camisas, coletes, botas de borracha, botas de borracha com perneira e bonés, para melhor equipar os servidores da Secretaria Municipal de meio Ambiente – SEMAM**, conforme especificações constantes do Anexo I (Formulário “Especificações e Cotação de Preços”) e Anexo II “Termo de Referência e Planilha Orçamentária Estimativa” do Pregão Eletrônico nº 000/2020, parte integrante deste contrato para todos os efeitos, independente de transcrição.

1.2 - O objeto deste contrato terá como Órgão Gestor a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

1.3 – A Contratada será responsável pelo fornecimento do material, objeto deste instrumento contratual, pelo preço proposto e aceito pelo Contratante;

1.4 – A Contratada deverá observar rigorosamente as instruções do preposto da Secretaria competente no que tange ao controle de qualidade do material ofertado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente contrato, correrão a conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município. No exercício de 2020 correrão à conta a seguir especificada:

PROGRAMA DE TRABALHO: (_____)

ELEMENTO DE DESPESA: (_____)

NOTA DE EMPENHO: (_____)

2.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e deverão ser formalizadas através de apostilamentos, com a indicação dos respectivos números de empenho contendo o crédito orçamentário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento dos materiais previstos na Cláusula Primeira, referente ao item X do anexo I do PE000/2020, o valor unitário de R\$ _____ (_____) e total estimado de R\$ _____ (_____).

3.1.1. O pagamento do preço pactuado será parcelado, de acordo com as entregas efetuadas no mês, devendo a contratada proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo localizado no protocolo Geral dessa Prefeitura, situado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz - ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93.

3.1.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a abertura do processo de solicitação de pagamento, conforme item anterior.

3.1.2. Serão considerados para efeito de pagamento os produtos efetivamente entregues pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

3.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto discriminada e acompanhada da Autorização de Fornecimento do mesmo. Devendo constar no corpo da Nota Fiscal, o número do processo.

3.3. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de cópia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, bem como os relatórios de entrega, sob pena de suspensão do pagamento.

3.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

3.5. Estão incluídos no valor global os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

3.6. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada em decorrência de inadimplemento contratual.

3.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.

3.8. O contratante não se compromete a efetuar toda a compra estimada, não cabendo, portanto, qualquer indenização ao CONTRATADO pela não realização das compras integralmente.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

4.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e

extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

4.2. Na hipótese da empresa contratada solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, da época do contrato e da aquisição por ocasião do fornecimento dos materiais, para a devida correção, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2. O fornecimento dos produtos deverá ser realizado de forma parcelada, devendo a contratada entregá-los no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.

5.2.1. O fornecimento dos produtos será realizado de acordo com a demanda da Secretaria de Meio Ambiente, com vista ao atendimento do calendário/programação dos eventos, conforme solicitações, respeitadas as quantidades definidas neste Edital e seus anexos.

5.2.2. O prazo de entrega das camisas para as ações de educação ambiental, considerando que os eventos têm data específica para serem realizadas, não poderá ser prorrogado, salvo alteração no calendário dos eventos, a critério da Secretaria.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DA GARANTIA

6.1. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

6.1.2. Se forem constatadas desconformidades, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, adequar ou substituir o produto em desacordo.

6.1.3. Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas, decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser formalizados, por escrito à contratante dentro do prazo de entrega previsto, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

6.2. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central, sito na Rua Catarina Sagrillo Cuzzuol, s/n, Bairro Bela Vista, neste Município, de segunda feira à sexta feira, das 12:00h às 18:00h, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento.

6.2.1. O recebimento dos produtos será de maneira provisória, pelo período de 05 (cinco) dias úteis, para que o setor competente possa executar a conferência do objeto entregue, antes de liberar/atestar a NF.

6.2.2. Será de responsabilidade da empresa observar os feriados e pontos facultativos neste Município quando do dia programado para entrega dos produtos;

6.2.3. A entrega dos produtos será fiscalizada por servidor indicado pelo SEMAM, o qual deverá atestar a Nota Fiscal se comprovada à fiel e correta entrega;

16.2.4. Os custos referentes ao envio dos produtos devem estar incluídos nos valores ofertados, e serão de inteira responsabilidade da contratada;

6.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade e garantia dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

6.4. A Ordem de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.

6.4.1. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

6.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto da licitação.

6.6. As garantias quanto aos produtos, na entrega ou após ela, serão as que estabelecem o fabricante e/ou o Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078 de 11/09/90, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável e demais condições especificadas no Edital e seus anexos.

6.6.1. Todos os produtos fornecidos deverão estar em plenas condições de uso, atendendo as especificações do Edital e seus anexos, e devendo a CONTRATADA realizar eventuais substituições necessárias.

16.6.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas à especificidade de cada item a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências ou outro local designado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços/entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.2. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e anos, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 - É vedada a sub-contratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 - Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratada deverá apresentar o comprovante de situação regular perante a Fazenda Pública Federal, Municipal e Estadual, da sede do licitante e regularidade com a Seguridade Social – CND.

9.2 - Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1- DA CONTRATADA:

18.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constante no Edital e seus anexos;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Retirar, transportar, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo fixado no Edital e no Termo de Referência, contados a partir da notificação efetuada pela Contratante;
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega/prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- g) Correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços/entrega dos produtos.
- h) Entregar os produtos dentro das especificações estabelecidas no Edital e Termo de Referência;
- i) Os produtos deverão ser entregues em embalagens individuais apropriadas;

10.2 - DA CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1 - Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, não importando com isso, no pagamento de qualquer indenização à Contratada.

11.2. Constituem motivos para a rescisão às situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, situações nas quais ficam reconhecidos os direitos da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOS ENCARGOS SOCIAIS.

12.1 - À Contratada, cabem os recolhimentos em favor da Previdência Social e os ônus inerentes às obrigações trabalhistas de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto deste edital, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, a saber:

13.1.1 - multas - nos seguintes casos e percentuais:

- a)** por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b)** por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c)** por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d)** recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e)** por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

13.1.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a)** por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b)** por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c)** por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d)** por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

13.2 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - O Município de Aracruz se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 000/2020.

15.2 – O presente contrato encontra-se vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico n.º. 000/2020, bem como à proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

16.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

16.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento Fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.

16.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Aracruz - ES, de de 201.....

MUNICIPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

.....